

UE-MERCOSUL

Reta final para o acordo

Europeus fazem articulações e governo brasileiro está confiante para a assinatura de tratado nesta semana

» RAPHAEL PATI
» RAFAELA GONÇALVES

A Comissão Europeia anunciou, ontem, que vai reduzir tarifas de importação de certos fertilizantes para tentar impulsionar o acordo de livre comércio entre a União Europeia (UE) e o Mercosul. De acordo com o comissário de Comércio da UE, Maros Sefcovic, a proposta prevê zerar as tarifas-padrão de 6,5% sobre a ureia e de 5,5% sobre a amônia. Além desta medida, o bloco também pretende impulsionar uma lei que permitiria a suspensão temporária da taxa de carbono nas fronteiras do bloco europeu.

Países como Alemanha e Espanha apoiam o uso dessas concessões como uma tentativa de ganhar o apoio de nações resistentes ao acordo, como França, Itália e Hungria. Setores ligados ao agro-negócio desses países temem que a entrada de itens de outro continente, como carne e açúcar, cause impacto na competitividade de seus próprios produtos. É necessário o aval de, pelo menos, 15 dos 27 membros da UE, representando 65% da população do bloco, para autorizar a assinatura do acordo com o Mercosul.

Sefcovic disse ainda que o bloco pode aprovar uma lei para permitir isenção temporária da taxa de carbono aplicada às importações. Tanto a França quanto a Itália solicitaram que os fertilizantes fossem excluídos dessa taxa. Essa tarifa começou a valer no dia 1º de janeiro e é cobrada pelas emissões de gás carbônico (CO2) emitido na produção de itens como aço e fertilizantes importados. O objetivo da medida seria evitar concorrência “desleal” com os produtos europeus.

Em paralelo às negociações, o governo da França anunciou, no domingo passado, a suspensão da importação de uma série de produtos agrícolas oriundos da América do Sul e de outras regiões que apresentem resíduos de substâncias proibidas pela União Europeia. A medida atinge itens como abacate, manga, goiaba, frutas cítricas, uvas e maçãs. A decisão foi comunicada pelo

ARIS OIKONOMOU



Comissário de Comércio da UE, Maros Sefcovic, anuncia redução de tarifas para impulsionar acordo entre os dois blocos

primeiro-ministro francês, Sébastien Lecornu, e pela ministra da Agricultura, Annie Genevard, em publicações nas redes sociais. Segundo o governo, a nova regra impede a entrada no país de produtos que contenham resíduos de mancozebe, glufosinato, tiofanato-metílico e carbendazim — defensivos agrícolas cujo uso é vetado pela legislação sanitária europeia.

“Nos próximos dias será assinado um decreto, iniciativa da ministra da Agricultura, Annie Genevard, para suspender a importação de produtos que contenham resíduos de substâncias proibidas na Europa: mancozebe, glufosinato, tiofanato-metilo e carbendazim”, anunciou Lecornu, em publicação no X.

De acordo com o primeiro-ministro francês, uma brigada

especializada realizará verificações reforçadas para garantir o cumprimento das nossas normas sanitárias. “Um primeiro passo para proteger nossas cadeias de suprimentos e nossos consumidores, e para combater a concorrência desleal, uma verdadeira questão de justiça e equidade para nossos agricultores”, destacou.

Há uma expectativa de que a assinatura do acordo entre os dois blocos possa ocorrer já após a reunião dos embaixadores dos países-membros da UE, prevista para amanhã. A ministra da Agricultura do Chipre — que assumiu em 2026 a presidência rotativa do Conselho da UE —, Maria Panayiotou, disse nesta quarta que o bloco pretende tomar uma decisão sobre o acordo comercial com

o Mercosul “até o fim da semana”.

“Pretendemos discutir e tentar chegar a uma decisão sobre o acordo com o Mercosul e os instrumentos de salvaguarda relacionados no final desta semana”, afirmou Panayiotou à imprensa, após uma reunião extraordinária dos ministros da Agricultura em Bruxelas, onde fica a sede do bloco. No início da semana, um passo fundamental foi dado para a conclusão dos termos, ao que indicam fontes próximas dentro do bloco europeu: o apoio da Itália, da primeira-ministra Giorgia Meloni, que parece ter aceitado os termos mais recentes do acordo.

Meloni teria ficado satisfeita com a proposta de acelerar o apoio de 45 bilhões de euros aos

agricultores, enviada pela Comissão Europeia. O ministro da Agricultura do país, Francesco Lollobrigida, disse que o bloco agora também propõe aumentar os gastos com a agricultura italiana no período de 2028 a 2034, em vez de reduzi-los.

Já no Brasil, a secretária de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Tatiana Prazeres, disse estar confiante para a assinatura do acordo em breve. “A expectativa com o Mercosul e a UE é positiva. As negociações estão concluídas, mas é necessário que haja autorização das instâncias comunitárias para que a Comissão Europeia possa assinar o acordo”, pontuou a secretária, ontem, em entrevista à Globonews.

INSS

Lula sanciona lei que proíbe desconto automático

» AMANDA S. FEITOZA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou a lei nº 15.327, que proíbe descontos automáticos em benefícios administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), como pensões e aposentadorias.

Além de de proibir os descontos nos benefícios, o chefe do Executivo vetou o trecho que determinava a busca ativa de beneficiários lesados em decorrência de descontos indevidos e ressarcimento a essas vítimas.

“Em que pese a boa intenção do legislador, o dispositivo contraria o interesse público, pois atribui ao INSS competências que não lhe são próprias, de modo a expor a autarquia a riscos jurídicos e operacionais”, informou o governo ao justificar o veto na lei publicada ontem, no *Diário Oficial da União (DOU)*.

Anteriormente, a legislação permitia o desconto pago a associações, sindicatos e demais entidades. Agora, isso não poderá mais ser feito. A nova legislação ainda prevê que empréstimos consignados só poderão ser realizados com autenticação biométrica ou assinatura eletrônica qualificada. E, após a contratação, o aposentado ou pensionista será bloqueado para novas operações, sendo exigido um novo procedimento de desbloqueio.

A sanção da lei ocorre em meio a investigações sobre fraudes envolvendo descontos indevidos em benefícios do INSS, que atingiram aposentados e pensionistas em todo o país. Em abril do ano passado, a Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União (CGU) desvendaram um esquema de fraudes que desviou mais de R\$ 6,3 bilhões das contas de aposentados e pensionistas entre os anos 2016 e 2019.

A nova regra prevê mecanismos mais rígidos de autenticação que fazem parte de uma estratégia para coibir irregularidades e ampliar a proteção dos segurados.

AUDIOVISUAL

Warner mantém acordo com a Netflix

» PEDRO JOSÉ*

O conselho da Warner Bros. Discovery (WBD) rejeitou, ontem, a proposta revisada da Paramount, apresentada em 22 de dezembro, e decidiu manter o acordo já assinado com a Netflix. A nova oferta previa pagamento integral em dinheiro, no valor de US\$ 30 por ação, além do aumento da multa rescisória para US\$ 5,8 bilhões, valor equivalente ao previsto no contrato com a Netflix, além da extensão do prazo da oferta para o fim de janeiro.

Apesar das mudanças, a WBD informou que elas não foram suficientes para alterar sua posição. Em carta enviada à Paramount, o conselho afirmou que, de forma unânime, a proposta continua inadequada, destacando o valor considerado insuficiente, a falta de garantias quanto à capacidade de conclusão da operação e os riscos financeiros que recairiam sobre os acionistas da Warner caso o negócio não fosse finalizado. Em documento regulatório que acompanha a decisão, a empresa classificou a oferta como uma estrutura de aquisição altamente alavancada, descrita como a maior desse tipo já registrada, e tal formato foi considerado arriscado pelo conselho da Warner.

*Estagiário sob a supervisão de Rosana Hessel

MARGEM EQUATORIAL

Ibama pede explicações da Petrobras por ofício

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) encaminhou um ofício no período da tarde de ontem, à Petrobras, solicitando as informações técnicas sobre o acidente de vazamento de fluido biodegradável na atividade de perfuração marítima no Bloco FZA-M-59, na Margem Equatorial. O ofício é da Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Marinhos e Costeiros (CG-Mac), enviado às 16h30 desta quarta, conforme registro eletrônico.

No documento, o Ibama pediu nesta quarta a elaboração de relatório sobre os fatos que levaram ao acidente de vazamento, com detalhamento da formulação qualitativa e quantitativa do fluido vazado, incluindo os laudos laboratoriais. Também é demandada a avaliação de impacto e a adoção de medidas para evitar que o cenário accidental se repita.

O ofício não estipula um prazo para apresentação desses pedidos, mas deixa em aberto para que a própria Petrobras disponibilize uma data. O Ibama já esclareceu em parecer técnico do ano passado que a licença pode ter as suas condicionantes modificadas ao longo da atividade.

As alterações das especificações do projeto, da finalidade do empreendimento, do escopo dos programas ou dos prazos previstos dependem da anuência do órgão ambiental.

No último domingo, a Petrobras comunicou ao Ibama uma “perda de fluido” na perfuração em duas linhas auxiliares que conectam a sonda de perfuração que explora o poço Morpho, a 175km do litoral do Amapá. Segundo o comunicado da estatal, não houve danos ao meio ambiente ou às pessoas.

Marinho diz que continua no governo

Fotógrafo/Agência Brasil



Enquanto vários ministros anunciam a saída do governo neste ano para disputarem cargos eleitorais, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou, ontem, que pretende continuar no cargo e demonstrou otimismo para a aprovação do fim da escala de trabalho 6x1 em 2026. A matéria foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ). Em entrevista ao programa Bom dia, Ministro, da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), Marinho disse que a medida é tratada como prioridade pelo governo e é possível, sim, aprovar a proposta em pleno ano eleitoral. (RG)

Críticas de ONGs

Organizações ambientais e movimentos sociais protocolaram pedido de tutela antecipada junto a um processo aberto na Justiça Federal do Amapá, que pede a anulação da licença para as atividades de perfuração, pela Petrobras, de poços de petróleo, na bacia da Foz do Amazonas, na Margem Equatorial brasileira.

O pedido é de suspensão imediata das atividades da Petrobras, principalmente após o vazamento de fluido de perfuração durante a exploração do poço de Morpho.

Assinam a petição o Instituto Arayara, Greenpeace Brasil, WWF-Brasil,

Observatório do Clima e as principais articulações indígenas e quilombolas do País, como a Apib e a Conaq.

Segundo as organizações, o vazamento jogou 15 mil litros de fluido de perfuração no mar a uma profundidade de 2.700 metros. Para as entidades, o episódio é a prova concreta de que as garantias de segurança apresentadas pela Petrobras são insuficientes.

A Petrobras argumentou que o fluido de perfuração é biodegradável e o vazamento é comum na indústria, não causando assim impacto ao meio ambiente.

A exploração do poço Morpho foi interrompida após o incidente e deve ser retomada em 15 dias. A empresa

não informou o volume derramado.

O documento das organizações destaca ainda, que o fluido vazado, embora por vezes minimizado pela indústria, é uma mistura complexa de produtos químicos e gases com impacto ambiental direto. Segundo os autores, o acidente reforça estatísticas históricas: entre 1975 e 2014, mais de 95% dos acidentes em plataformas ocorreram justamente em águas profundas, como é o caso da Margem Equatorial brasileira.

Ação civil pública aponta que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) utilizado para liberar a atividade é falho e não prevê adequadamente como responder a emergências em uma região de correntes marítimas

extremamente fortes. Além disso, as organizações denunciam que não houve consulta prévia e informada aos povos indígenas e quilombolas da região, uma exigência legal para empreendimentos com potencial impacto em seus territórios.

Ao pedir a suspensão da Licença de Operação, o Instituto Internacional Arayara e as demais organizações invocam o “princípio da precaução”. O objetivo é evitar que um dano ambiental irreversível ocorra enquanto o licenciamento ainda possui lacunas técnicas graves. Agora, cabe à 1ª Vara Federal Cível do Amapá decidir se interrompe ou não as atividades de perfuração na região, informou a nota. (Agência Estado)